

CONTAS SOB SUSPEITA

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O secretário de Obras, Hermes de Paula, terá de explicar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal todo o procedimento da licitação pública que deu largada, em outubro, às obras de reforma e ampliação da rodoviária do Plano Piloto. O TCDF acolheu a denúncia do deputado distrital Odilon Aires (PMDB) de que há, pelo menos, sete irregularidades na concorrência pública, inclusive superfaturamento de 27% do custo total da obra, o equivalente a uma perda de R\$ 5,5 milhões.

A denúncia foi feita pelo deputado em agosto deste ano, assim que a Secretaria de Obras divulgou o edital de concorrência. Segundo ele, a licitação "feriu vários dispositivos da Lei 8.666/93", que disciplina os contratos de licitação da administração pública. Odilon cita, por exemplo, a ausência de cronograma das obras e descrição da fonte de recursos, bem como a falta de projeto básico.

A notícia da decisão do TCDF, definida em sessão reservada de 18 deste mês, provocou inquietação, ontem à tarde, no Palácio do Buriti. "É um absurdo que a imprensa saiba disso, antes mesmo de eu ter recebido o comunicado do Tribunal de Contas", reagiu o secretário Hermes de Paula. "A informação foi passada ao deputado em caráter confidencial e foi abusiva o ato de repassá-la à imprensa", argumentou o secretário de Comunicação, Gonzaga Mota.

PÚBLICO

O deputado Odilon Aires (PMDB) defendeu-se, afirmando não ter visto nada errado no fato de ter repassado informação confidencial. "Não respeito o que é confidencial quando é de interesse público. Se a minha consulta foi pública, a resposta também tem de ser", argumentou. O documento carimbado como confidencial foi despachado na terça-feira pelo presidente do TCDF, Jorge Caetano, e endereçado a Odilon Aires.

O chefe de gabinete do presidente, Renato Palomba, disse que "está apurando" como a informação sigilosa vazou. "O Tribunal não julgou irregularidades nas obras, simplesmente acolheu a denúncia do deputado e vai pedir explicações ao secretário."

Fora esse "transtorno", o governo respondeu tranquilamente, item por item, a todos os questionamentos contidos na denúncia. "Essa mesma denúncia foi feita pelo deputado ao Ministério Público Federal e já enviei a justificativa técnica", informou o secretário de Obras. Segundo ele, as denúncias são "levianas e falsas".

"A palavra superfaturamento não existe", desafiou Hermes de Paula. Com cópia do edital da licitação, vencida pelo Consórcio Principal Empreendimentos Imobiliários, o secretário garantiu a lisura da concorrência: "A obra estava orçada em R\$ 17 milhões e conseguimos um desconto de 24%, ou seja, vai custar R\$ 13,8 milhões".

Hermes rebateu também as acusações de que o edital trata apenas da reforma da rodoviária, não mencionando a sua adequação como terminal de integração ao Metrô. Esse fato, segundo o parlamentar, teria a finalidade de "acobertar imprecisões do real objetivo da obra". "Está claro no edital que naquele ponto haverá reestruturação funcional para a integração dos sistemas metrô-ônibus", garantiu o secretário.